



ANEXO I: REFERENCIAL TÉCNICO

1. **OBJETO:** Execução do Programa Prospera Família.

2. **DESCRIÇÃO DO PROGRAMA:**

O Programa Prospera Família prevê atender responsável de famílias monoparentais em situação de pobreza e extrema pobreza.

A entidade responsável pela execução do Programa Prospera Família estará vinculada ao programa CONDUZ para o planejamento das ações e apoio nas estratégias para atingir a meta do programa.

A entidade deverá realizar relatório mensal para o programa CONDUZ visando identificar os avanços e desafios quanto a execução do programa e o alcance da meta prevista.

2.1.1. Jornada estratégica do Programa consiste em 04 etapas:

I. Projeto de Vida – Plano de futura aspirações pessoais, profissionais, sociais e financeiras:

O Projeto de Vida consiste em plano de futuro autônomo elaborado pelo beneficiário, combinando aspirações pessoais, profissionais, sociais e financeiras, que contenha objetivos e meios para atingi-los, promovendo geração de renda por meio do uso dos recursos disponíveis.

II. Tutoria – Desenvolvimento de vínculo interpessoal:

A Tutoria consiste em atividades de acompanhamento por todo o período do Programa a fim de apoiar e orientar o beneficiário, individual ou coletivamente, em seu desenvolvimento pessoal e profissional, respeitadas as características pessoais, o protagonismo e o contexto familiar e social-comunitário.

A Tutoria será executada por técnico de referência que será responsável por:

II.I. - Apoiar os beneficiários no desenvolvimento de seu Projeto de Vida;

II.II. - Trabalhar em conjunto com os beneficiários o fortalecimento das competências sócio emocionais;

II.III. - Identificar demandas dos beneficiários relacionadas à integração ao mundo do trabalho para articulação intersetorial e encaminhamentos associados ao seu Projeto de Vida;

II.IV. - Articular acesso aos demais benefícios e serviços sócio assistenciais e às políticas públicas setoriais para o fortalecimento da proteção integral da família;

II.V. - Tomar iniciativas relevantes para o andamento e cumprimento do Programa.



II.VI. - Monitorar e informar a assiduidade dos beneficiários do Programa.

III. Capacitações – Desenvolvimento de cursos e aperfeiçoamento de um ofício:

Serão ofertadas aos beneficiários do Programa Prospera Família oportunidades de capacitação com vistas ao desenvolvimento do seu Projeto de Vida.

Parágrafo único - As oportunidades de capacitação poderão ser oferecidas por parceiros institucionais do programa.

2.2. Jornada do beneficiário consiste em 03 etapas

Etapa 1 – Desenvolvimento humano: Aproximadamente 9 encontros com 2 horas de duração – 2 vezes na semana

Etapa 2 – Capacitação para o trabalho:

A partir do estudo de vocação econômica a ser realizado pelo Estado, será montado o catálogo de cursos, e ao aderir ao Programa o responsável familiar fará sua indicação. Os cursos serão desenvolvidos por parceiros do Programa (responsabilidade do Estado), sendo que o fornecimento dos insumos, o espaço e equipamentos serão de responsabilidade do estado e município.

Aproximadamente 33 encontros com 2h30 de duração – 3 vezes na semana.

Etapa 3 – Empreendedorismo:

O incentivo financeiro será repassado nesta etapa. Incentivo financeiro por transferência de renda para aquisição de bens e equipamentos no valor de R\$ 2.000,00

Aproximadamente 10 encontros de 4h e 2h30 de duração – 2 vezes na semana

2.3. Das Condicionalidades

O beneficiário deverá cumprir as seguintes condicionalidades:

I - Frequência mínima de 70% nas atividades ofertadas pelo Programa Prospera Família;

II - Assinar o Termo de Compromisso (Anexo II) do Programa Prospera Família.

Da Permanência e do Desligamento do Programa:

A permanência dos beneficiários no Programa Prospera Família está sujeita ao cumprimento das condicionalidades do Programa

O desligamento do beneficiário do Programa Prospera Família ocorrerá nas seguintes situações:

I - Por descumprimento das condicionalidades;

II - Por cumprimento de pena de detenção em instituição prisional;

III - Por fraude devidamente comprovada ou prestação deliberada de informações incorretas quando do cadastramento;

IV - Por ato voluntário do beneficiário;



V - Por óbito do beneficiário.

Casos omissos nesta normativa serão analisados pela SEDS.

O desligamento do beneficiário em razão do descumprimento das condições e critérios do Programa será efetuado a qualquer tempo.

Após o desligamento, o beneficiário perderá o direito ao Incentivo Financeiro e às demais atividades que compõem os eixos do Programa.

2.4. Transferência de Renda

Apoio ao consumo e Incentivo Financeiro:

- Apoio ao consumo Bolsa mensal de \$130,00;
- Incentivo financeiro transferência de renda para aquisição de bens e equipamentos; R\$ 2.000,00;

Ambos repassados diretamente ao beneficiário por meio do cartão Bolsa do Povo.

Para efeitos desta Resolução, o Incentivo Financeiro constitui transferência de recursos ao beneficiário a fim de minimizar a situação permanente de escassez e urgência, promover o planejamento financeiro e bancarização, e incentivar a geração de renda sustentável para a execução de seu Projeto de Vida.

O Incentivo Financeiro é composto por:

I. Apoio ao consumo, caracterizado por transferência de renda para subsistência durante a duração do ciclo do Programa;

II. Transferência para poupança, que corresponde ao benefício pecuniário que estimula a cultura de reserva de recursos para necessidades futuras ou investimento;

III. Transferência de ativos, que corresponde à oferta de benefício pecuniário para aquisição de bens e ferramentas necessárias às atividades desenvolvidas nas capacitações, em concordância com seu Projeto de Vida.

3. OBJETIVO GERAL:

Promover mobilidade social e romper com o ciclo intergeracional de perpetuação da pobreza por meio da proteção integral, inclusão produtiva e estímulo à geração de renda das famílias em situação de vulnerabilidade.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

4.1. Garantir transferência de renda ao beneficiário para apoio ao consumo, poupança e aquisição de ativos, para minimizar a situação permanente de escassez e urgência, promover o planejamento financeiro e bancarização e incentivar a geração de renda sustentável;

4.2. Promover apoio qualificado e acompanhamento contínuo e estruturado à família para desenvolvimento de vínculo interpessoal e referência positiva, visando o



reconhecimento das capacidades e potencialidades do beneficiário, e fortalecendo-o enquanto agente autônomo;

- 4.3.** Apoiar o beneficiário no desenvolvimento de seu próprio Projeto de Vida, combinando aspirações pessoais, profissionais, sociais e financeiras, que contenham objetivos e meios para atingi-los, promovendo geração de renda por meio do uso dos recursos disponíveis;
- 4.4.** Promover acesso à Capacitação Profissional associada às demandas do beneficiário referentes ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento de seu Projeto de Vida;
- 4.5.** Articular acesso a benefícios e serviços sócio assistenciais e integrar as políticas públicas setoriais para a promoção do fortalecimento de vínculos intergeracionais, em especial da criança e seu cuidador, e desenvolvimento integral da família.

5. PÚBLICO ALVO:

- I.** Ser o responsável de família monoparental;
- II.** Estar inscrito no Cadastro Único em situação de pobreza e extrema pobreza, com cadastro atualizado em até 24 meses;
- III.** Ter ao menos um dependente de 0 a 6 anos;
- IV.** Não ter concluído o Programa Prospera Família em edições anteriores.

§ 1º - Para os efeitos desta Resolução, entende-se por família monoparental com dependentes de 0 a 6 anos o grupo familiar que é chefiado por indivíduo sem cônjuge ou companheiro (a), por viuvez, divórcio, abandono ou simples opção, com crianças de até 6 anos e 11 meses, moradores de um mesmo domicílio.

§ 2º - Entende-se por famílias em situação de pobreza e extrema pobreza aquelas cuja renda mensal per capita seja de até R\$210,00, conforme caracterização presente no artigo 4º (incisos I e II do § 1º) da Lei Federal nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

6. FORMAS DE ACESSO AO PÚBLICO:

Será realizado divulgação do Programa Prospera Família no município para que as famílias possam se inscrever e posteriormente serem selecionadas conforme critérios do programa.

7. IMPACTO SOCIAL ESPERADO:

- I.** Acesso a renda;
- II.** Amadurecimentos profissional e pessoal;
- III.** Melhora da autoestima;
- IV.** Aumento do protagonismo;



- V. Capacitação profissional;
- VI. Qualificação profissional;
- VII. Aumento das possibilidades de acesso ao trabalho.

8. AMBIENTE FÍSICO E RECURSOS MATERIAIS:

I. Ofertar transporte e alimentação aos beneficiários para garantir as condições de participação nos encontros do programa;

II. Ofertar os espaços físicos e mobiliário necessários para a realização das oficinas e cursos de capacitação disponibilizados pela coordenação estadual do Programa.

III. A oferta dos espaços físicos e mobiliários necessários para realização dos cursos contará com a parceria da Secretaria de Assistência Social, programa CONDUZ, Secretaria de desenvolvimento Econômico e o CRESCER.

IV. A entidade deverá contratar profissional qualificado para exercer a função de Coordenador Municipal do programa, com a dedicação exclusiva para a boa execução do Programa Prospera Família.

Contratar 13 (treze) tutores, conforme a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (Resolução Federal 269, de 13-12-2006), no prazo estipulado pela gestão do programa, na proporção de um técnico de referência para cada 80 beneficiários. O perfil do técnico de referência corresponde a um profissional de formação em nível superior na área de humanidades, observadas as disposições da Resolução CNAS 17 de 2011.

9. PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO:

Para o desenvolvimento das ações do programa, será necessário a apresentação de planejamento, organização e avaliação do trabalho a ser realizado pela equipe de profissionais envolvida.

I. **Entrevista:** Realização de cadastro, em instrumental próprio que identifique a situação inicial da família, bem como suas demandas e suas potencialidades.

II. **Intervenção técnica:** utilizada para obter informações mais aprofundadas sobre os usuários e seus familiares;

Traçar o perfil socioeconômico;

Conhecer a dinâmica das suas relações, bem como se for o caso realizar encaminhamento para a ampliação da sua proteção social para além da participação no Programa.

III. **Lista de Presença:** A frequência das pessoas nas atividades ofertadas pelo Programa deverá ser registrada em listas de presença. O controle da frequência constitui informação importante para o acompanhamento do usuário, bem como para a avaliação do Programa.



IV. **Registro de Atividades:** Todas as atividades desenvolvidas no Programa, deverão ser registradas e acompanhadas através da respectiva lista de presença dos usuários. Este registro deverá conter o tipo de atividade realizada (reunião, evento comunitário, oficina, palestra, curso e outros), a metodologia utilizada e os temas abordados, bem como seus resultados.

V. **Elaboração de relatórios:** É a atividade que registra e sintetiza o trabalho realizado pelo Programa, como é o caso do Relatório Mensal de Atividades;

VI. **Reunião com a o programa CONDUZ:** deverão ocorrer conforme identificação do programa CONDUZ. Deverá ser mantida na agenda do programa uma reunião bimestral para planejamento e avaliação.

VII. **Espaço de estudo e capacitação permanente:** Deverá ser resguardado tal espaço no cronograma de atividades do serviço, visando proporcionar momentos de qualificação e capacitação continuadas, por meio de espaços coletivos e sistemáticos de estudo e reflexão sobre o trabalho, de debate sobre as concepções que orientam as práticas, buscando qualificar a oferta do Programa prestado.

VIII. **Reuniões de equipe:** Encontros periódicos com os trabalhadores do Programa, que visam o alinhamento dos processos de trabalho, unificar conceitos, planejar o trabalho, avaliar processos, melhorar a comunicação do programa, etc.

O Programa deverá alimentar o sistema de Informatização da Rede de Serviços de Assistência Social de Mogi das Cruzes (IRSAS), uma vez que, este sistema será utilizado pela Vigilância Sócio assistencial para elaboração de levantamentos e diagnósticos sócio territoriais, bem como pelas proteções visando acompanhamento das ações desenvolvidas e gestão de vagas.

Ressalta-se que além do sistema acima citado (IRSAS) poderá ser solicitada a alimentação de outros sistemas e/ou ferramentas de gestão e coleta de dados, com vistas a atender instâncias superiores e/ou legislações vigentes.

10. RECURSOS HUMANOS:

Conforme a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (Resolução Federal 269, de 13-12-2006), no prazo estipulado pela gestão do programa, na proporção de um técnico de referência para cada 80 beneficiários. O perfil do técnico de referência corresponde a um profissional de formação em **nível superior na área de humanidades**, observadas as disposições da Resolução CNAS 17 de 2011, capacitado para trabalhar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais mediante compreensão crítica, sem discriminação de qualquer natureza, do contexto social local. O profissional deve possuir habilidades para escuta ativa, de articulação técnica e operacional, de organização e de mobilização;



| CARGO | QUANTIDADE | FORMAÇÃO / PERFIL | ATRIBUIÇÕES |
|-------------|------------|--|---|
| Coordenador | 1 | <p>Técnico de Nível Superior com experiência na área social, conforme Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (Resolução Federal 269, de 13-12-2006)</p> <p>Perfil: Experiência na área trabalho em grupo.</p> | <p>Dedicação exclusiva ao Serviço, sendo vedado o acúmulo de funções;</p> <p>Gestão do Serviço;</p> <p>Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço;</p> <p>Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos;</p> <p>Articulação com a rede de serviços; e,</p> <p>Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.</p> <p>Realizar toda a comunicação com a Coord. Estadual, com a Referência Municipal – CONDUZ e seus parceiros; - Coordenar a implantação do Programa, envolvendo a gestão municipal e demais atores locais sempre que necessário;</p> <p>Articulação com o programa CONDUZ.</p> <p>Monitorar a execução das Etapas do Programa, prestando apoio à atuação dos tutores.</p> |
| Tutor | 13 | <p>Técnico de Nível Superior.</p> <p>Perfil: Experiência na área trabalho em grupo.</p> | <p>Apoiar os beneficiários no desenvolvimento de seu Projeto de Vida;</p> <p>Trabalhar em conjunto com os beneficiários o fortalecimento das competências socioemocionais;</p> <p>Identificar demandas dos beneficiários relacionadas à integração ao mundo do trabalho para articulação intersetorial e encaminhamentos associados ao seu Projeto de Vida;</p> <p>Articular acesso aos demais</p> |



| CARGO | QUANTIDADE | FORMAÇÃO / PERFIL | ATRIBUIÇÕES |
|-------|------------|-------------------|---|
| | | | benefícios e serviços socioassistenciais e às políticas públicas setoriais para o fortalecimento da proteção integral da família; Tomar iniciativas relevantes para o andamento e cumprimento do Programa. Monitorar e informar a assiduidade dos beneficiários do Programa. Organização das informações das famílias, na forma de prontuário individual, bem como alimentação contínua e sistemática IRSAS; |

10.1. Equipe profissional exigida:

| | | |
|----|-------------|-----|
| 1 | Coordenador | 40h |
| 13 | Tutores | 40h |

10.2. A organização social organizará a equipe de trabalho, coordenador e tutores. Conforme regulamentação do programa, visando melhor atender às necessidades do Serviço e dos usuários.

10.3. 1(um) coordenador para o programa. 40 horas semanais.

10.4. 1(um) técnico (tutor) para cada turma de 80 beneficiários. Total de 13 tutores. 40 horas semanais.

10.5. O quadro de recursos humanos deverá estar compatível com o objeto da parceria, com profissionais devidamente selecionados e capacitados para realizar as atividades, e, devem possuir registro em seu respectivo conselho de classe, atendendo inclusive ao que dispõem as legislações específicas de cada profissão.

10.6. É necessária a atualização no Visor de Informações para o Sistema Único de Assistência Social (VISUAS) sempre que houver uma nova admissão ou desligamento no quadro de recursos humanos do serviço.

10.7. O regime de trabalho deverá ser obrigatoriamente CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), conforme Norma Operacional Básica de Recursos Humanos



do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (Resolução Federal 269, de 13-12-2006)

10.8 Recomenda-se que a remuneração esteja em consonância com o piso previsto na Convenção Coletiva de Trabalho vigente, do Sindicato dos trabalhadores em Instituições Benéficas, Filantrópicas e Religiosas de Suzano e região, e das demais categorias.

10.9. A contratação dos profissionais previstos no Plano de Trabalho deverá ocorrer, obrigatoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias após a celebração da parceria. Caso excedido o prazo mencionado, o recurso financeiro referente ao período deverá ser devolvido proporcionalmente à administração pública.

10.10. Nos termos do art. 46, § 3º da Lei 13.019/2014, o pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

10.11. O desligamento e/ou afastamento de profissionais durante a vigência da parceria deverá ser informado, imediatamente, ao técnico de monitoramento por meio de ofício e a substituição de qualquer profissional deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias. Caso excedido o prazo mencionado, o recurso financeiro referente ao período deverá ser devolvido proporcionalmente à administração pública.